



20/07/2022

Número: **5003947-34.2021.8.13.0153**

Classe: **[CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases**

Última distribuição : **13/10/2021**

Processo referência: **0122895-98.2013.8.13.0153**

Assuntos: **Transação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI (REQUERENTE)	
	LEANDRO RODRIGUES BOUZADA (ADVOGADO)
Ministério Público - MP (REQUERENTE)	

Outros participantes
MUNICIPIO DE CATAGUASES (TERCEIRO INTERESSADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6312283013	13/10/2021 16:49	Petição Inicial	Petição Inicial
6312283016	13/10/2021 16:49	1- Ata de audiência	Outros documentos
6312283018	13/10/2021 16:49	2- Despacho	Despacho
6315948026	13/10/2021 16:49	3- Dados BacenJUD	Outros documentos
6315948027	13/10/2021 16:49	4- Despacho	Despacho
6315948029	13/10/2021 16:49	5- Dados BacenJUD	Outros documentos
6315948031	13/10/2021 16:49	6- Petição	Petição
6315948032	13/10/2021 16:49	7- Acordo de não persecução Cível	Petição



3375  
L

**1ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE CATAGUASES**

Processo nº. 0122895-98.2013.8.13.0153

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Processo nº. : 0122895-98.2013.8.13.0153  
Ação : Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa  
Autor (a) : Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Requerido : José Augusto Guerreiro Titoneli

Aos 19 de agosto de 2021, às 13:00 horas, nesta cidade e Comarca de Cataguases, Estado de Minas Gerais, no salão do Tribunal do Júri do Fórum "Dr. Afonso Henrique V. Resende", com base na Resolução nº. 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, Resolução nº. 03/2017 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e no artigo 17, §1º, da Lei nº. 8.429/92, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito titular da Vara Criminal e de Execuções Penais, **Dr. João Carneiro Duarte Neto**, atuando em substituição nesta ação civil pública por ato de improbidade administrativa, foi ordenado ao Sr. Oficial Porteiro que procedesse, com as formalidades legais, ao pregão da parte e de seu respectivo procurador.

Apregoados, constatou-se a presença: de José Augusto Guerreiro Titoneli, acompanhado do seu advogado Dr. Leandro Rodrigues Bouzada - OAB/MG 133.460, e da representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Dra. Amanda Merlini Dutra Osipe.

Inicialmente, registro que, considerando a situação emergencial da saúde pública brasileira e mundial no tocante a pandemia de COVID-19, seguindo orientações dos Tribunais Superiores e do Ministério da Saúde, neste ato processual foi observada a distância mínima entre os presentes nas dependências deste Fórum, obrigatório o uso de máscaras de proteção individual, bem como foi disponibilizado fracos de álcool 70% aos participantes.

Os participantes foram indagados se integram o chamado "grupo de risco" definido pelo Ministério da Saúde e/ou se estão com sintomas gripais ou de Covid-19, tendo todos negado.





1ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE CATAGUASES

Processo nº. 0122895-98.2013.8.13.0153

Com o escopo de evitar a propagação do novo coronavírus e, por conseguinte, resguardar a saúde dos envolvidos, a publicidade dos atos foi limitada aos atores processuais.

Posto isto, registra-se que a audiência da forma em que está sendo realizada não descumpra nenhuma recomendação das entidades de saúde pública, seja de cunho nacional, estadual ou local.

Aberta a audiência:

Diante da apresentação de acordo de não persecução cível pelo Ministério Público Estadual (ff. 3.318/3.323), questionado por este juízo, o requerido José Augusto Guerreiro Titoneli declarou expressamente a voluntariedade de sua manifestação de vontade, opinando favoravelmente a homologação judicial do termo.

Pelo MM Juiz de Direito foi decidido:

SENTENÇA PARCIAL DE MÉRITO

Considerando que a proposta ministerial de ff. 3.318/3.323 preencheu os requisitos legais.

Considerando que José Augusto Guerreiro Titoneli, devidamente assistido pelo procurador constituído, voluntariamente, aceitou os termos da não persecução civil.

Feitas estas considerações, nos termos do artigo 5º, §3º, da Resolução nº. 03/2017 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e artigo 17, §1º, da Lei nº. 8.429/92, **HOMOLOGO** o acordo de não persecução civil entabulado entre o Ministério Público Estadual e José Augusto Guerreiro Titoneli às ff. 3.318/3.323.

Registro que, descumpridas quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução civil, o Ministério Público Estadual deverá comunicar a este juízo, para fins de eventual rescisão e continuidade da instrução processual, bem como o reconhecimento das implicações sancionatórias contidas no próprio acordo entabulado.

Por fim, para se evitar atrasos e tumultos processuais em relação aos demais requeridos, determino o traslado das peças processuais de ff. 2.755/2.772, 3.317/3.323 e desta ata de audiência, formando-se novos autos.





3376  
2

**1ª VARA CÍVEL**  
**COMARCA DE CATAGUASES**

Processo nº. 0122895-98.2013.8.13.0153

Dito isso, **DETERMINO:**

1- Proceda a Serventia Judicial ao traslado das peças processuais de ff. 2.755/2.772, 3.317/3.323 e desta ata de audiência, formando-se novos autos com distribuição no Siscom ou PJe.

1.1- Exclua José Augusto Guerreiro Titoneli do polo passivo da ação civil pública nº. 0122895-98.2013.8.13.0153, alterando a etiqueta processual.

2- O requerido sai intimado do prazo de 05 (cinco) dias para depósito do valor de R\$ 648,36 (seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos) na conta-corrente nº. 6167-0, agência 1615-2, Banco do Brasil S.A. (cláusula quarta – f. 3.322). O comprovante de pagamento deverá ser carreado aos autos no mesmo prazo supra.

Formados os novos autos (determinação exarada no item 1):

3- Promova a Serventia Judicial a adoção das providências necessárias para a transferência do valor bloqueado na conta bancária de titularidade José Augusto Guerreiro Titoneli (ff. 2.766/2.772), com as devidas atualizações e correções monetárias, para a conta bancária do Município de Cataguases/MG.

4- Oficie-se o TRE/MG comunicando a suspensão dos direitos políticos do requerido pelo prazo de 08 (oito) anos, iniciados desta homologação do acordo de não persecução civil (cláusula terceira – f. 3.322).

5- Colacionado aos autos informação de descumprimento de quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução civil (deverá a Secretaria certificar a juntada de comprovante de pagamento constante no item 2), dê-se vista dos autos ao Ministério Público Estadual para elaboração de parecer.

5.1- Com o parecer ministerial, tornem-se os autos conclusos para eventual rescisão do acordo e continuidade da instrução processual.





**1ª VARA CÍVEL**  
**COMARCA DE CATAGUASES**

Processo nº. 0122895-98.2013.8.13.0153

6- Adimplidas integralmente as obrigações constantes no termo de acordo de ff. 3.318/3.323, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Estadual para elaboração de parecer.

6.1- Com o parecer ministerial, tornem-se os autos conclusos para extinção do feito.

7- Os presentes saem intimadas do teor desta sentença parcial de mérito.


Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

Nada mais, vai devidamente assinado. Eu Vinícius Martins de Mattos Russo, Estagiário de Direito, a digitei.

  
João Carneiro Duarte Neto  
Juiz de Direito

  
Amanda Merlini Dutra Osipe  
Promotora de Justiça

  
José Augusto Guerreiro Titoneli  
Requerido

  
Leandro Rodrigues Bouzada  
Advogado





2155  
32

Processo nº 0153.13.012289-5

Vistos etc,

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou a presente ação civil pública por ato de improbidade administrativa em desfavor de Antônio Batista Pereira, Fausto Severino de Castro, Fernando Rodrigues do Amaral, João do Carmo Lima, José Augusto Guerreiro Titoneli, Michelângelo de Melo Correa, Ricardo Geraldo Dias e Sérgio Luiz.

Alega, em apertada síntese, que foi instaurado inquérito civil visando apurar ato de improbidade praticado pelos requeridos, vereadores do município de Cataguases/MG no período de 2005/2008, ficando constatado através de perícia contábil que os mesmos receberam e utilizaram indevidamente verba indenizatória denominada "verba de gabinete" fixada pelas Resoluções nº 04/2004, 02/2005 e 01/2006, ao realizarem gastos com combustíveis sem justificativa ou comprovação documental de sua relação com o exercício da atividade legislativa.

Notícia que as Resoluções determinavam que o pagamento da "verba de gabinete" destinava-se a cobrir gastos dos vereadores relativos às postagens de correspondências, cópias xerográficas, assinaturas de jornais e revistas, de seu interesse e que de alguma forma contribuíam para a melhoria de suas atividades legislativas, material de escritório, combustíveis e ainda viagens de interesse legislativo.

Sustenta que as verbas recebidas pelos requeridos não foram utilizadas em conformidade com as resoluções, tendo sido revertida para o interesse próprio e para suas despesas pessoais.

Ressalta que os prejuízos causados aos cofres públicos nos períodos de 2005/2008, foram no total de R\$187.588,28 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), segundo perícia contábil.

Cód. 10.25.097-2





Pediu, liminarmente, a indisponibilidade dos bens necessários ao ressarcimento do dano causado aos cofres públicos no período de janeiro de 2005/2008, no valor de R\$187.588,28 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos).

É a síntese dos fatos.

Passo à apreciação do pedido de liminar.

A medida postulada pelo Órgão Ministerial, para que seja decretada a indisponibilidade de bens dos réus, tem amparo constitucional, prevendo o art. 37, §4º da Constituição da República de 1988 que:

"os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

A Lei n. 8.429/1992, por sua vez, prevê, em seu art. 7º:

"Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito".

No que tange ao caso concreto, compulsando os autos, verifico que os fatos narrados pelo Ministério Público baseiam-se no que foi apurado em inquérito civil público, sendo os documentos trazidos hábeis à demonstração dos requisitos autorizadores da medida cautelar pleiteada, de indisponibilidade de bens, como se verá a seguir.





2757  
BR

A plausibilidade do direito invocado está presente, podendo ser verificada da perícia contábil que instrui o inquérito civil promovido pelo Ministério Público, realizada pela competente equipe do seu Centro de Apoio Técnico.

A prova técnica, juntada às fls. 36/2.754, aponta, em linha de princípio, indícios de que os réus utilizaram indevidamente verba indenizatória denominada "verba de gabinete", no valor total de R\$187.588,28 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), no período de 2005 a 2008, quando exerciam as funções de vereadores do município de Cataguases/MG.

Parece-me, relevante, destacar o valor das verbas gastas por cada um dos requeridos. Imputa-se à Antônio Batista Pereira a utilização indevida da quantia de R\$32.142,44; a Fausto Severino de Castro o importe de R\$14.858,48; a Fernando Rodrigues do Amaral o valor de R\$35.005,28; a João do Carmo Lima R\$34.952,00; a José Augusto Guerreiro Titoneli a quantia de R\$15.064,32; a Michelângelo de Melo Correa o valor de R\$23.148,44; a Ricardo Geraldo Dias R\$12.905,92 e a Sérgio Luiz o importe de R\$19.511,40.

De plano, percebe-se a existência de indícios do cometimento de atos que, além de causarem danos ao erário e enriquecimento ilícito dos beneficiários, colidem, frontalmente, com princípios elementares da Administração Pública.

Quanto ao perigo da demora, o colendo STJ pacificou o seu entendimento no sentido de que ele é presumível nas ações de improbidade e ressarcimento ao erário, sendo despidendo, para fins de decretação da indisponibilidade de bens do suposto agente causador do dano, que se comprove a tentativa de dilapidação dos bens ou o fundando receio de que ela venha a ocorrer.

Vejamos nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS INEXISTENTES.  
(IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS.

Cód. 10.25.097-2





2758  
202

DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL. *PERICULUM IN MORA* PRESUMIDO NO ART. 7º DA LEI N. 8.429/92.)

1. Esta Corte Superior manifestou-se de forma clara, suficiente e adequada no sentido de que é pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual o *periculum in mora* em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta improba lesiva ao erário é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92, ficando limitado o deferimento desta medida acautelatória à verificação da verossimilhança das alegações formuladas na inicial. Neste sentido, confirmam-se os seguintes precedentes: REsp 1.177.290/MT, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1º.7.2010, e REsp 1.135.548/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 22.6.2010.

2. As pretensões veiculadas nos embargos de declaração têm caráter meramente infringente, sem que, entretanto, existam os vícios do art. 535 do CPC no acórdão combatido. Os embargos de declaração têm objetivo estreito, não sendo meio para rejugamento da causa.

3. Embargos de declaração rejeitados (Edcl no REsp 1205119/MT, SEGUNDA TURMA, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 8.2.2011, grifei)

RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DOS BENS. DECRETAÇÃO. REQUISITOS. ART. 7º DA LEI 8.429/1992. REVISÃO. FATOS. NÃO-CABIMENTO. SÚMULA 07/STJ.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem-se alinhado no sentido da desnecessidade de prova de *periculum in mora* concreto, ou seja, de que o réu estaria dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo, exigindo-se apenas a demonstração de *fumus boni iuris*, consistente em fundados indícios da prática de atos de improbidade. Precedentes: REsp 1.203.133/MT, Rel. Ministro Castro Meira, REsp 967.841/PA, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 08.10.2010, REsp 1.135.548/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJe 22.06.2010; REsp 1.115.452/MA, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 20.04.2010.

2. O Tribunal de origem, porém, em nenhum momento manifestou-se sobre a plausibilidade da responsabilidade imputada ao recorrido.

3. É vedada a imersão no conjunto fático-probatório da demanda, nos termos da Súmula 07/STJ, para a apreciação das provas documentais apontadas pelo recorrente, a fim de aferir se o recorrido incorreu ou não em dano ao erário ou enriquecimento ilícito. Precedentes.

4. Recurso especial não conhecido (REsp 1190846/PI, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 10/02/2011).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSIDERADO VIOLADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284 DO





2739  
del

STF, POR ANALOGIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 20, P. ÚN., DA LEI N. 8.429/92. NECESSIDADE DE AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DESTA CORTE SUPERIOR. INDISPONIBILIDADE DE BENS. DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL. *PERICULUM IN MORA* PRESUMIDO NO ART. 7º DA LEI N. 8.429/92. INDIVIDUALIZAÇÃO DE BENS. DESNECESSIDADE.

1. Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, em síntese, indeferiu uma série de medidas cautelares propostas pelo recorrente, a saber: indisponibilidade de bens, afastamento do servidor alegadamente improbo do cargo e quebra de sigilos bancário e fiscal.
2. Nas razões recursais, sustenta a parte interessada ter havido ofensa aos arts. 7º, p. ún., da Lei n. 8.429/92 - ao argumento de ser cabível a indisponibilidade no caso concreto - e 20, p. ún., do mesmo diploma normativo - pois é imprescindível o afastamento do servidor considerado improbo do cargo na espécie. Além disso, alega, com base em outros precedentes judiciais, que a quebra de sigilos bancário e fiscal não exige esgotamento de outras instâncias de busca pelos dados a que se pretende ter acesso.
3. Não é possível conhecer do especial no que se refere ao cabimento da quebra de sigilos na espécie, uma vez que a parte recorrente não indicou dispositivos de legislação infraconstitucional federal que considerava violados, daí porque incide a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia.
4. O acolhimento da pretensão recursal - no sentido de que seria imprescindível o afastamento do servidor alegadamente improbo - necessitaria de prévia reanálise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, razão pela qual incide, no ponto, o óbice da Súmula n. 7 desta Corte Superior.
5. No que se refere à indisponibilidade de bens do recorrido, importante pontuar que a origem manteve o indeferimento inicial do pedido ao entendimento de que não havia prova de dilapidação patrimonial, bem como pela não-especificação dos bens sobre os quais recairia a medida cautelar (fl. 163, e-STJ). Esta conclusão merece reversão.
6. É que é pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual o *periculum in mora* em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta improba lesiva ao erário é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92, ficando limitado o deferimento desta medida acautelatória à verificação da verossimilhança das alegações formuladas na inicial. Precedentes.
7. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada pela desnecessidade de individualização dos bens sobre os quais se pretende fazer recair a indisponibilidade prevista no art. 7º, p. ún., da Lei n. 8.429/92, considerando a diferença existente entre os institutos da "indisponibilidade" e do "sequestro de bens" (este com sede legal própria, qual seja, o art. 16 da Lei n. 8.429/92). Precedentes.

Cód. 10.25.097-2





2760  
we

8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido (REsp 967.841/PA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/09/2010, DJe 08/10/2010, grifei).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL. *PERICULUM IN MORA* PRESUMIDO NO ART. 7º DA LEI N. 8.429/92. INDIVIDUALIZAÇÃO DE BENS. DESNECESSIDADE.

1. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões relevantes. É cediço que, quando o Tribunal a quo se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa ao referidos dispositivos legais. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos.

2. No que se refere à indisponibilidade de bens do recorrido, importante pontuar que a acórdão decidiu pelo indeferimento do pedido ao entendimento de que não havia prova de dilapidação patrimonial, bem como pela não-especificação dos bens sobre os quais recairia a medida cautelar. Estas conclusões merecem reversão.

3. É que é pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual o *periculum in mora* em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta ímproba lesiva ao erário é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92, ficando limitado o deferimento desta medida acautelatória à verificação da verossimilhança das alegações formuladas na inicial. Precedentes.

4. Da mesma forma, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada pela desnecessidade de individualização dos bens sobre os quais se pretende fazer recair a indisponibilidade prevista no art. 7º, p. ún., da Lei n. 8.429/92, considerando a diferença existente entre os institutos da "indisponibilidade" e do "sequestro de bens" (este com sede legal própria, qual seja, o art. 16 da Lei n. 8.429/92). Precedentes.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido. (REsp 1201559/MT, SEGUNDA TURMA, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 28.10.2010)

Diante do exposto, os bens dos réus devem ser indisponibilizados, para possibilitar que, em caso de procedência do pedido, o erário seja ressarcido dos prejuízos advindos de sua conduta.

Todavia, a indisponibilidade limitar-se-á, em relação a cada um dos réus, aos respectivos prejuízos causados individualmente.





2701  
30

Ante todo o exposto, defiro o pedido de provimento liminar para decretar a indisponibilidade de bens de Antônio Batista Pereira até o valor de R\$32.142,44; Fausto Severino de Castro até a quantia de R\$14.858,48; Fernando Rodrigues do Amaral até o total de R\$35.005,28; João do Carmo Lima até o importe R\$34.952,00; José Augusto Guerreiro Titoneli até a quantia de R\$15.064,32; Michelângelo de Melo Correa até o valor de R\$23.148,44; Ricardo Geraldo Dias até a quantia de R\$12.905,92 e Sérgio Luiz até o importe de R\$19.511,40.

Em consequência da presente decisão, determino que:

- a) seja feito o bloqueio de saldos e aplicações financeiras até os limites acima definidos, junto às instituições financeiras, através do Sistema BACENJUD;
- b) seja oficiado ao DETRAN/MG para que informe sobre a existência de bens em nome dos requeridos e, se for o caso, que seja lançado impedimento judicial de transferência, informando tudo a este juízo no prazo de 10(dez) dias;
- c) Sejam oficiados os Offícios de Registro de Imóveis localizados nos municípios que compõem a Comarca para que informem, em 10(dez) dias, a existência de bens em nome dos réus e, caso afirmativo, que seja averbada a indisponibilidade dos mesmos;
- d) seja oficiada a Justiça Eleitoral para que, com a maior brevidade possível, forneça a declaração de bens apresentada pelos requeridos nas últimas eleições municipais de que participaram;
- e) seja oficiada à Receita Federal para que, no prazo de 10(dez) dias, forneça cópia da última declaração de imposto de renda dos requeridos.

Lembro aos requeridos que depois de procedido ao bloqueio de bens, este Juiz procederá à liberação daqueles que não sejam necessários ao ressarcimento ao erário.





## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Por fim, tudo cumprido, notifiquem-se os réus, por mandado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecerem manifestação escrita, podendo instruí-la com documentos e justificações, nos exatos termos do §7º do art. 17 da Lei 8.429/1992.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cataguases, 17 de fevereiro de 2014.

Eduardo Rabelo Thebit Dolabela

Juiz de Direito

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

RECEBIMENTO

Em 25 de 02 de 2014.

recebi os presentes autos.

O(A) Escrivão(a)

